



**Fórum da Gestão  
do Ensino Superior  
nos Países e Regiões  
de Língua Portuguesa**

**4ª Conferência FORGES  
Universidade Agostinho Neto, Luanda e Universidade Mandume Ya Ndemufayo,  
Lubango, 19-21 Novembro 2014**

**Ensino Superior e Mobilidade de Estudantes da CPLP em Portugal. Uma  
Estratégia de Internacionalização?<sup>1</sup>**

**Maria Raquel Lucas** ([mrlucas@uevora.pt](mailto:mrlucas@uevora.pt)), Departamento de Gestão, Escola de Ciências Sociais, Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia, Universidade de Évora, Largo dos Colegiais 2, 7000 Évora, Portugal

**Conceição Rego** ([mcpr@uevora.pt](mailto:mcpr@uevora.pt)), Departamento de Economia, Escola de Ciências Sociais, Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia, Universidade de Évora, Largo dos Colegiais 2, 7000 Évora, Portugal

**Isabel Joaquina Ramos** ([iar@uevora.pt](mailto:iar@uevora.pt)), Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento, Escola de Ciências e Tecnologia, Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Évora, Rua Romão Ramalho 59, 7000-671 Évora, Portugal

**Maria Leonor da Silva Carvalho** ([leonor@uevora.pt](mailto:leonor@uevora.pt)), Departamento de Economia, Escola de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas, Universidade de Évora, Largo dos Colegiais 2, 7000 Évora, Portugal

**Maria da Saudade Baltazar** ([baltazar@uevora.pt](mailto:baltazar@uevora.pt)), Departamento de Sociologia, Escola de Ciências Sociais, Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Évora, Largo dos Colegiais 2, 7000 Évora, Portugal

**Resumo**

Uma das estratégias do ensino superior defendida pela UNESCO como forma solidária de inserção dos países num contexto global é a da internacionalização que pode, entre outras formas, ser operacionalizada através da mobilidade de estudantes do ensino superior. A concretização desta mobilidade decorre, entre outros aspectos, das

---

<sup>1</sup> Os autores agradecem o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia e FEDER / COMPETE (concessão PEst-C/EGE/UI4007/2011).

condições de oferta e procura de ensino superior nos vários países bem como dos diversos quadros legais existentes neste domínio. Analisando esta temática, o presente trabalho foca a mobilidade de estudantes dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) para Portugal e as características essenciais para a ocorrência desse processo de internacionalização da educação superior. Este processo é um dos instrumentos fundamentais de aproximação dos diversos países através da concretização de mecanismos de partilha de ensino, investigação e extensão universitária. O estudo é suportado numa ampla revisão bibliográfica, em análise documental e em dados secundários. A análise dos dados permite concluir que os países que enviam mais estudantes, em processo de mobilidade, são o Brasil (devido ao programa Ciência Sem Fronteiras), Angola e Cabo Verde, cujos governos, através de fundos próprios ou financiamentos provenientes de programas de cooperação, incentivam a mobilidade dos estudantes. Quanto aos outros, inserem-se de forma periférica nesse processo, sendo países com baixo envio de estudantes para Portugal e de reduzido número de programas de intercâmbio e mobilidade internacional.

**Palavras-Chave:** Ensino Superior, CPLP, Portugal, Mobilidade Estudantil, Estratégia de Internacionalização

## **1. Introdução**

Uma sociedade em constante mudança, globalizada e centrada na informação e no conhecimento, coloca um permanente desafio ao sistema educativo, em particular ao ensino superior onde novas e diversificadas necessidades formativas e competências profissionais são continuamente identificadas ou modificadas.

Uma das estratégias do ensino superior defendida pela UNESCO (2009) como forma solidária de inserção dos países num contexto global e de benefícios mútuos, é a da internacionalização. Entre as múltiplas modalidades possíveis de serem desempenhadas, incluem-se as actividades realizadas entre e por instituições de ensino superior (IES) que implicam a criação de redes ou associações e colaborações no âmbito da política e

da gestão institucional e que impulsionam a internacionalização, entre elas a mobilidade e intercâmbio de estudantes e professores, a colaboração para o ensino e a investigação, a qualidade académica, a cooperação e assistência para o desenvolvimento regional e institucional, o desenvolvimento curricular, a diversificação das fontes de receitas e o aumento de transferência do conhecimento científico e tecnológico (Siufe, 2007). A concretização da mobilidade de estudantes do ensino superior decorre, entre outros aspectos, das condições de oferta e procura de ensino superior nos vários países bem como dos diversos quadros legais existentes neste domínio. Este processo é um dos instrumentos fundamentais de aproximação dos diversos países através da concretização de mecanismos de partilha de ensino, investigação e extensão universitária.

Analisando esta temática, o presente trabalho foca a mobilidade de estudantes dos países da CPLP para Portugal e as características essenciais associadas à ocorrência desse processo de internacionalização da educação superior.

## **2. Internacionalização do Ensino Superior**

A internacionalização é um fenómeno conhecido sobretudo desde a Segunda Guerra Mundial, quando os países da Europa definiram acordos de assistência técnica, cultural, científica e de mobilidade e bolsas estudantis para o seu desenvolvimento (Wit, 2008), embora as universidades criadas na Idade Média já estimulassem a mobilidade de professores e estudantes. A internacionalização tem vindo a ganhar relevância em todos os domínios, em particular no do ensino superior. A crescente integração, ou pelo menos cooperação intensificada a nível regional, a globalização das trocas, comunicações, transportes e outros fluxos, o acesso, disseminação rápida e capacidade de processamento da informação, a sociedade do conhecimento e a necessidade de reduzir custos e/ou aumentar receitas com a formação superior, a par da necessidade de superar carências de formação induz, por um lado, instituições e países a definir estratégias de captação de estudantes internacionais e ganhar escala em termos de aproveitamento de infra-estruturas e recursos e, por outro, países com necessidades específicas de formação superior a enviar os seus estudantes para essas instituições e países. Segundo Castro e Neto (2012), no campo da educação, a internacionalização tem

sido reconfigurada para atender a novas exigências decorrentes das mudanças impressas pela dinâmica social que se vêm delineando desde o final do século passado, enquanto a educação superior tem cumprido funções vitais de produtora e propagadora de conhecimentos para o crescimento de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Silva, Gonzalez e Brugier (2008), referem quatro domínios para a internacionalização da educação: a) programas de formação transfronteiriça na forma presencial ou à distância; b) migração para o exterior de estudantes, professores, pesquisadores, interessados em participar em cursos de curta ou longa duração ou à distância; c) criação de cursos ou instituições em países estrangeiros; e d) movimento temporário para o exterior de professores e outros profissionais da área de educação, na condição de palestrantes, professores visitantes, pesquisadores e consultores. Estes domínios podem acontecer em todas as categorias, educação primária, secundária, superior, de adultos e outros serviços educacionais.

Ainda que o papel desempenhado pelos estudantes estrangeiros enquanto agentes da internacionalização seja considerada por Knight (2011) um mito, por Wit (2008) é apontada como o factor mais importante no processo de internacionalização da educação superior, inspiradora das políticas e práticas, tanto ao nível nacional como institucional, no que se refere à certificação de qualidade. Alguns indicadores internacionais que o comprovam podem ser verificados na Austrália (*Australian Government*, 2010), Canadá (RKA, 2009; Leclerc, 2009), Nova Zelândia (*New Zealand*, 2010) ou Reino Unido (Chade, 2010). Sobretudo quando orientada para apoiar o desenvolvimento do conhecimento e das competências e formação de quadros superiores dos países em desenvolvimento, na melhoria dos seus sistemas de ensino e aprendizagem e na inclusão nos seus *curricula* de elementos comparativos, internacionais e interculturais, a mobilidade estudantil é relevante. Esta concepção do conhecimento como elemento fundamental para o desenvolvimento das sociedades e forma de promover a competitividade e a integração de países na economia mundial, é também uma forma de contribuir para o cumprimento dos objectivos do milénio (United Nations, 2000). Recentemente, um estudo da União Europeia (European Union, 2014) identifica a correlação existente entre a maior facilidade de integrar o mercado de

trabalho e o facto de os diplomados terem frequentado o programa de mobilidade ERASMUS.

Para além do processo de internacionalização se concretizar em termos institucionais (Knight, 2005) e estar presente em muitos planos estratégicos das universidades, importa que se concretize a compatibilização de graus e qualificações, de sistemas educativos e desenvolver padrões equivalentes, à semelhança da “Declaração de Bolonha” (1999) que visa um Espaço Europeu de Ensino Superior coerente, compatível, competitivo e atractivo para estudantes europeus e de países de outras regiões do mundo, focado na transferência internacional de conhecimento e tecnologias e na mobilidade de recursos humanos.

Para a UNESCO (2009), a internacionalização da educação superior não se deve resumir à cooperação internacional estabelecida entre países, devendo ser vista como a inserção de uma dimensão internacional ou intercultural em todos os aspectos da educação e da investigação. Daí que também a CPLP, através dos ministros da Educação, tenha subscrito a Declaração de Fortaleza (Brasil), em 2004, numa estratégia de criação de um espaço lusófono do Ensino Superior, tendo em vista a definição de condições para o desenvolvimento sustentável e para a internacionalização dos seus sistemas de ensino superior.

### **3. Mobilidade dos Estudantes CPLP para Portugal**

O reconhecimento de que as instituições de ensino superior portuguesas estão a/deverão captar cada vez mais alunos estrangeiros e os efeitos positivos que daí podem advir, levou à aprovação recente do diploma que estabelece o “Estatuto do Estudante Internacional”,<sup>2</sup> criando um concurso especial de acesso e ingresso nos ciclos de estudos de licenciatura e integrados de mestrado ministrados em IES públicas e privadas portuguesas.<sup>3</sup> É considerado estudante internacional todo aquele que não tem

---

<sup>2</sup> Decreto-Lei nº 36/2014, de 10 de março.

<sup>3</sup> Com exceção da Universidade Aberta e das escolas de ensino superior militar e policial.

nacionalidade portuguesa.<sup>4</sup> No caso particular dos estudantes internacionais oriundos dos países africanos de expressão oficial portuguesa será criado um programa especial de bolsas de estudo.

Para além do conhecimento da língua portuguesa, denominador comum aos vários países da CPLP, a escolha dos estudantes da CPLP pelo ensino superior em Portugal resulta, fundamentalmente, dos acordos de cooperação e regimes especiais de acesso que concedem um contingente especial de entrada a bolseiros do Governo Português, dos Governos respectivos, da Fundação Calouste Gulbenkian e ao abrigo de convenções conforme previsto no artigo 3.º, alínea d), do Decreto-Lei nº 393/A-99, de 2 de Outubro, que regula os regimes especiais de acesso e ingresso no Ensino Superior (Jardim, 2013). Assim, a internacionalização é induzida pelo acesso facilitado ao ensino superior pelas vagas, acordos e protocolos disponíveis. Pedreira (2013) refere que uma outra razão apontada para a escolha de Portugal pelos estudantes da CPLP tem a ver com razões históricas e culturais. A vasta dimensão das comunidades de pessoas oriundas de países da CPLP em Portugal, permite a residência e inclusão dos estudantes em redes familiares e de amigos, facilitando assim a sua integração. Esta ideia é corroborada pela OECD (2014), que destaca a proximidade linguística como a principal motivação dos estudantes em mobilidade que optam por Portugal. Contudo, existem dificuldades de progressão e de integração dos estudantes da CPLP (Pires, 1996; Pires, 2001; Pires, 2007) quer na sociedade portuguesa, quer nas IES.

Com vista a uma análise mais detalhada acerca destes fluxos de mobilidade de estudantes do ensino superior de países da CPLP com destino a Portugal, procedeu-se à recolha de informações estatísticas disponíveis na Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência/Ministério da Educação e Ciência,<sup>5</sup> para o último ano letivo com dados disponíveis (2011/12). Desta base de dados é possível extrair os principais atributos dos alunos internacionais provenientes da CPLP (cf. Tabelas 1 e 2 em anexo).

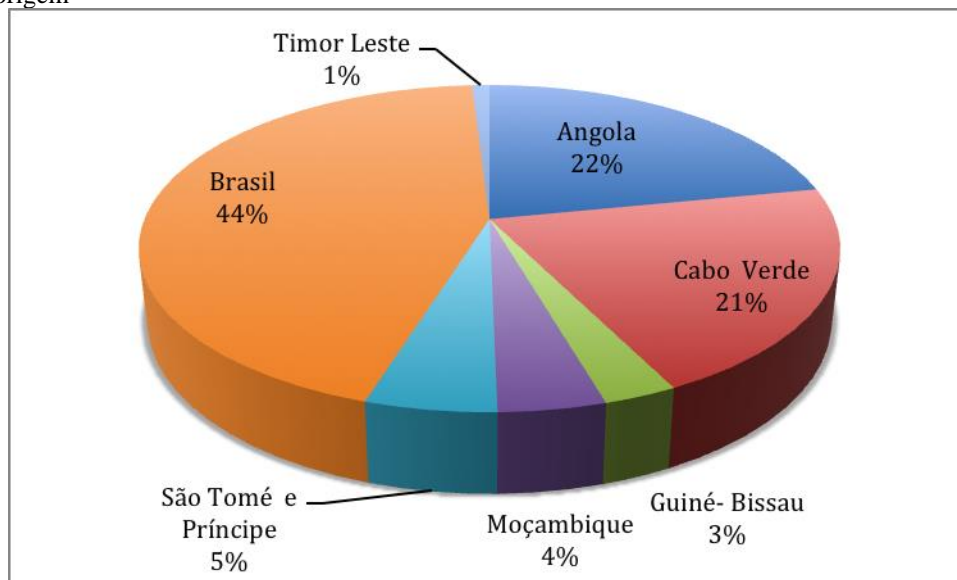
---

<sup>4</sup> Entre outros, excetuam-se os estudantes nacionais de um Estado Membro da União Europeia e os que, não o sendo, residam em Portugal há mais de dois anos, de forma ininterrupta, em 31 de agosto do ano em que pretendem ingressar.

<sup>5</sup> Informações disponíveis em <http://www.dgeec.mec.pt/np4/249/>

Estes alunos (um pouco mais de 16 000 no ano lectivo 2011/12) representam cerca de 55% no total de estrangeiros inscritos em Universidades portuguesas, sendo que, de entre estes, a maioria são mulheres (52,7%).<sup>6</sup>

Gráfico 1: Alunos oriundos de países da CPLP, inscritos em IES em Portugal, no ano de 2011/2012, por país de origem



Fonte: DGEEC/MEC. Elaboração própria

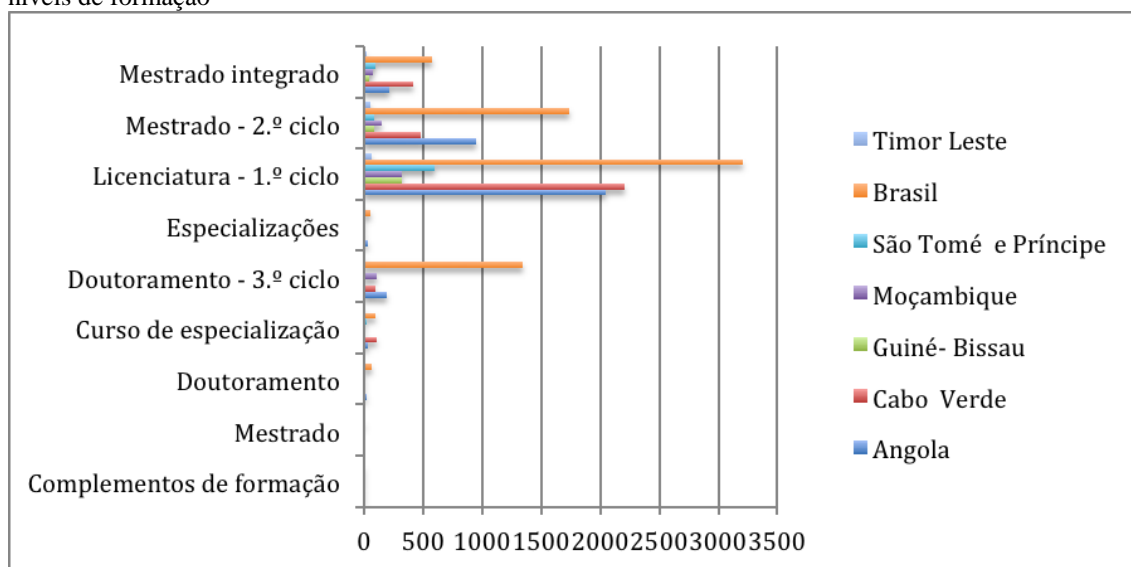
Os alunos brasileiros, o principal contingente dos países da CPLP a frequentarem IES portuguesas em 2011/12 (Gráfico 1), correspondem ao dobro dos provenientes de Angola e Cabo Verde. Os estudantes provenientes da CPLP optam maioritariamente pelo subsistema de ensino público numa proporção de 2/3 face aos restantes que ingressam em Universidades privadas.

No que respeita à área de educação/formação, são as Ciências Sociais, comércio e direito que têm um número mais expressivo de alunos inscritos (43,5% do total), seguindo-se a área da Engenharia, Indústria Transformadora e Construção a larga distância, tendo apenas 14% dos alunos da CPLP a frequentarem o ensino superior em Portugal.

<sup>6</sup> Situação análoga é a que se encontra quando se analisa a percentagem de estudantes em formação num país diferente do seu país de origem, em que a sobre-representação das mulheres é notória.

Dada a debilidade da oferta de formação graduada na maioria dos países da CPLP, o nível de formação que estes alunos frequentam em Portugal é maioritariamente o de Licenciatura – 1º ciclo (55%). Contudo, para o caso dos alunos brasileiros, a proporção dos que frequentam mestrados e doutoramentos é mais expressiva. Os alunos angolanos e cabo-verdianos seguem-se na opção pelos estudos pós-graduados.

Gráfico 2: Alunos Inscritos de nacionalidade estrangeira, de países da CPLP, no ano de 2011/2012, por níveis de formação



Fonte: DGEEC/MEC. Elaboração própria

A escolha das universidades portuguesas corresponde à macrocefalia da rede de IES portuguesas: 50% destes alunos ficam na NUTS II Lisboa, repartindo-se os restantes pelas NUTS II Norte e Centro, respetivamente 22% e 21%, e só residualmente pelas outras regiões do país.

No que concerne às características dos alunos diplomados dos países da CPLP a realizar as suas formações em Portugal (no ano em análise terminaram os cursos cerca de 3 300 alunos), concluímos que a tendência corresponde ao que se descreveu para os alunos inscritos, com exceção da variável respeitante ao nível de formação. Enquanto entre os estudantes inscritos predominam os alunos de 1º ciclo, entre os alunos diplomados predominam os de mestrado. No ano em análise, 40% dos diplomados concluíram a sua formação ao nível de mestrado, enquanto que os diplomados de licenciatura (1º ciclo) foram apenas de 27,9%. Assim, devemos concluir pela existência de constrangimentos



durante a permanência dos alunos de graduação em Portugal. Dificuldades de integração sociais e acadêmicas financeiras, de articulação entre os sistemas de ensino do país de origem e o de acolhimento, entre outras – já relatadas em diversos estudos e citadas anteriormente neste estudo – poderão estar na origem de tão contido sucesso escolar nas formações de 1º ciclo.

#### **4. Considerações Finais**

A mobilidade dos estudantes dos países da CPLP, no âmbito da prossecução de estudos no ensino superior em Portugal é uma das formas de promover a interação social, cultural e educativa entre estes países. Este fenómeno é aquilo que podemos considerar um ‘jogo de soma positiva’: Portugal tem capacidade formativa instalada, de nível superior, disponível enquanto os restantes países têm necessidade de formação graduada e pós-graduada, com vista à rápida capacitação dos quadros técnicos e científicos necessários ao seu desenvolvimento, sem que disponham de recursos humanos qualificados, em quantidade e qualidade suficiente, nem de recursos físicos – instalações, laboratórios, entre outros – para tal. Além disso, a língua comum partilhada – o português – facilita a integração e a compreensão, necessárias quer à vida em sociedade, quer às exigências académicas. Não obstante, os estudantes provenientes da CPLP sofrem constrangimentos, por vezes severos, que condicionam os respectivos desempenhos escolares: os ritmos de vida, o clima, as exigências financeiras, o *background* escolar, a distância da família e dos amigos, entre outros. Por isso, o sucesso educativo é mais baixo entre os estudantes de graduação por comparação com os de pós-graduação, mais velhos e com mais capacidade para ultrapassar as adversidades da mobilidade estudantil.

Entre os estudantes da CPLP que frequentam IES portuguesas destacam-se, em termos quantitativos, os alunos provenientes do Brasil. No ano 2011/12, cujos dados utilizamos na análise, o Programa ‘Ciência Sem Fronteiras’ permitiu que muitos estudantes brasileiros pudessem fazer uma parte dos seus estudos – de graduação e pós-graduação – fora do país. Angola e Cabo Verde são também países de onde provêm muitos dos

alunos da CPLP que estudam em Portugal, a maioria dos quais com apoio, através de bolsas de estudo, concedidas pelos respetivos governos.

Apesar dos progressos ao nível dos incentivos relativos a apoios financeiros e regimes especiais de acesso, verifica-se que persistem diferenças significativas entre os países da CPLP, sendo necessário criar políticas de internacionalização que lhes permitam igual acesso ao ensino superior em Portugal, ao nível de graduação e de pós-graduação. Acresce que uma efetiva internacionalização de estudantes da CPLP em Portugal deve ter em consideração não só a mobilidade de estudantes no sentido estrito (e.g. acesso, ingresso, coerência e compatibilização de sistemas educativos) mas também a criação de estratégias complementares e articuladas que permitam ultrapassar os constrangimentos e dificuldades de integração social que se verificam durante a permanência dos alunos em Portugal.

## 5. Referências Bibliográficas

- Australian Government (2010). Disponível em: [www.austarde.gov.au](http://www.austarde.gov.au). Acesso em 7 julho 2014.
- Castro, A., Neto, A. (2012). “O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina”. *Revista Lusófona de Educação*, 21.
- Chade, J. (2010). “Londres vai dificultar a entrada de estudantes”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 7 setembro.
- Declaração de Bolonha (1999). Disponível em [http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/declaração\\_de\\_bologna.pdf](http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/declaração_de_bologna.pdf). acesso em 20 junho 2014.
- Declaração de Fortaleza (2004). Declaração dos ministros responsáveis pelo ensino superior da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em <http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/redes/educ/DECLARACAODEFORTALEZA.pdf>. Acesso em 10 setembro 2014.
- European Union (2014). *The Erasmus Impact Study. Effects of mobility on the skills and employability of students and the internationalisation of higher education institutions*. Luxemburgo: European Union. Disponível em [http://ec.europa.eu/education/library/study/2014/erasmus-impact\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/education/library/study/2014/erasmus-impact_en.pdf). Acesso em 29 setembro 2014.
- Jardim, B. (2013). *Estudantes dos PALOP no Ensino Superior Português – das Necessidades Sentidas aos Apoios Prestados*, Tese de Mestrado em Política Social. ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- Knight, J., (2005). “An internationalization model: Responding to new realities and challenges”, In: De Wit, Hans et al. *Internationalization of Higher Education in Latin America: The International Dimension*. Washington: World Bank, pp. 1-38.
- Knight, J. (2011). "Cinco Mitos da Internacionalização", *IHE* 62, Ontario Institute for Studies in Education, Universidade de Toronto, Canadá.

- Leclerc, M. (2009). “International Students Contribute over \$6.5 billion to Canadian Economy”. Disponível em: [http://www.international.gc.ca/media\\_commerce/comm/newscommuniques/2009/319.aspx](http://www.international.gc.ca/media_commerce/comm/newscommuniques/2009/319.aspx). Acesso em 05 junho 2014.
- New Zealand (2010). “Leadership Statement for International Education: version One”. Disponível em: [www.minedu.govt.nz/~media/MinEdu/Files/EducationSectors/International Education/Policy Strategy/LeadershipStatement2011.pdf](http://www.minedu.govt.nz/~media/MinEdu/Files/EducationSectors/InternationalEducation/PolicyStrategy/LeadershipStatement2011.pdf). Acesso em 19 setembro 2014.
- OECD (2014). Education at a Glance 2014: OECD Indicators, OECD Publishing. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2014-en>. Acesso em 12 setembro 2014.
- Pedreira, I. C. V. (2013). *Estudantes da CPLP no ensino superior em Portugal: Tendências de evolução e perfis sociais*, Tese de Mestrado em Estudos Sociais da Ciência, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- Pires, H. S. (1996). Análise do Insucesso Escolar dos Estudantes dos PALOP na Universidade de Coimbra numa perspectiva intercultural. *Revista Africana*, 16, pp. 91-163.
- Pires, H. S. (2001). *Desenvolvimento e Adaptação Académica em Estudantes Universitários dos PALOP*. Évora: Universidade de Évora, Tese de Doutoramento em Sociologia.
- Pires, H. S. (2007). Estudo do Desenvolvimento Cognitivo em Estudantes dos PALOP no Ensino Universitário Português. In Candeias, A. e Almeida, L. S. (eds.), *Inteligência Humana: Investigação e Aplicações*. Coimbra: Quarteto.
- RKA (2009). “Economic Impaction of International Education in Canada”. Final Report Revised. 24 agosto. Disponível em: [http://www.international.gc.ca/education/assets/pdfs/RKA\\_IntEd\\_Report\\_eng.pdf](http://www.international.gc.ca/education/assets/pdfs/RKA_IntEd_Report_eng.pdf). Acesso em 15 julho 2014.
- Silva, C. C., Gonzalez, M., Brugier, Y. S. (2008). OMC em foco: a comercialização da educação na América Latina. In: Haddad, Sérgio (Org.), Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, pp. 89-143.
- Siufe, G. (2007). “Cooperación internacional e internacionalización da la Educación Superior”. S.I IESALC; UNESCO. Disponível em <http://www.ess.ielsac.UNESCO.org/ve/index.php/ess/article/viewArticles/55>. Acesso em 12 junho 2014.
- UNESCO. (2009). *Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social*. Disponível em <http://www.preal.cl>. Acesso em 24 junho 2014.
- United Nations (2000). *United Nations Millenium Declaration*. UN General Assembly, A/RES/55/2, 18 Setembro, Nova Iorque.
- Wit, H. de (2008). “The Dynamics of International Student Circulation in a Global Context”. *Global Perspectives on Higher Education*, v.11.

## ANEXO

Tabela 1 - Alunos Inscritos de nacionalidade estrangeira, de países da CPLP, no ano de 2011/2012

Países		Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Brasil	Timor Leste	Total
<b>Alunos Inscritos</b>									
<b>Total</b>		3505	3320	462	674	823	7082	153	16019
<b>Subsistema de ensino</b>	Público	1771	2522	369	542	648	5910	144	11906
	Privado	1734	798	93	132	175	1172	9	4113
<b>Área de Educação e Formação (CNAEF)</b>	Agricultura	23	32	4	5	12	47	8	131
	Artes e Humanidades	153	210	24	49	23	1040	17	1516
	Ciências Sociais, Comércio e Direito	1975	1366	277	307	378	2608	59	6970
	Ciências, Matemática e Informática	217	348	12	58	36	745	8	1424
	Educação	338	75	12	52	12	84	7	580
	Engenharia, Indústria Transformação e Construção	460	852	59	92	221	518	32	2234
	Saúde e Proteção Social	172	230	56	47	67	911	3	1486
	Serviços	167	206	18	64	74	539	19	1087
	Desconhecido ou não especificado	0	1	0	0	0			1
	<b>Nível de Formação</b>	Complementos de formação	1	0	0	0	0	1	
Mestrado						1			1
Doutoramento		25	7	0	10	1	68		111
Curso de especialização tecnológica		34	107	1	5	26	93	6	272
Doutoramento - 3.º ciclo		198	96	13	106	9	1340	14	1776
Especializações		29	9	1	12	2	55	0	108
Licenciatura - 1.º ciclo		2052	2202	320	316	595	3211	61	8757
Mestrado - 2.º ciclo		953	484	88	152	90	1736	50	3553
Mestrado integrado	213	415	39	73	99	578	22	1439	
<b>NUTS II</b>	Alentejo	129	120	19	26	17	277	21	609
	Algarve	28	101	11	8	7	142	3	300
	Centro	308	697	86	104	175	2174	38	3582
	Lisboa	2663	1537	313	411	507	2539	32	8002
	Norte	373	843	32	122	115	1910	58	3453
	R.A. Açores	4	14	1	2	2	14	1	38
	R.A. Madeira	0	8	0	1	0	26	0	35

Fonte: DGEEC/MEC (<http://www.dgeec.mec.pt/np4/249/>)

Tabela 2 - Alunos Diplomados de nacionalidade estrangeira, de países da CPLP, no ano de 2011/2012

Alunos Diplomados		Países	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Brasil	Timor Leste	Total
<b>Total</b>			744	666	73	196	109	1452	57	3297
<b>Subsistema de ensino</b>	Público		365	371	22	82	58	907	26	1831
	Privado		379	295	51	114	51	545	31	1466
<b>Área de Educação e Formação (CNAEF)</b>	Agricultura		2	4	1	4	3	9	0	23
	Artes e Humanidades		18	49	2	7	4	222	5	307
	Ciências Sociais, Comércio e Direito		413	267	56	101	55	555	12	1459
	Ciências, Matemática e Informática		68	77	0	7	7	113	17	289
	Educação		115	49	2	20	4	242	17	449
	Engenharia, Indústria Transformação e Construção		67	160	5	18	20	96	2	368
	Saúde e Proteção Social		29	35	5	18	12	107	1	207
	Serviços		32	25	2	21	4	108	3	195
	<b>Nível de Formação</b>	Curso de especialização tecnológica		18	2	0	7	7	0	2
Diploma de especialização – Curso de doutoramento			7	64	0	2	0	35	1	109
Diploma de especialização – Curso de mestrado			6	2	0	4	0	61	30	103
Doutoramento			7	5	0	2	9	92	0	115
Especialização			8	6	2	1	65	26	3	111
Licenciatura			250	289	30	54	19	279	0	921
Mestrado			248	149	20	68	5	580	0	1070
Mestrado Integrado			40	38	1	13	7	43	1	143
<b>NUTS II</b>	Alentejo		25	30	1	7	5	72	15	155
	Algarve		7	22	1	4	2	35	0	71
	Centro		119	157	7	28	27	335	4	677
	Lisboa		457	252	57	122	62	633	5	1588
	Norte		136	201	7	32	13	352	33	774
	R.A. Açores		0	1		1		1		3
	R.A. Madeira			3		2		24		29

Fonte: DGEEC/MEC (<http://www.dgeec.mec.pt/np4/249/>)